**IMPOSTO DE RENDA — ASSISTÊNCIA TÉCNICA — ROYALTIES —
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

— São dedutíveis, na incidência do imposto de renda, as despesas com o pagamento da assistência técnica e de royalties quando oportunamente averbados, salvo havendo sociedade entre os contratantes.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

**PARECER NORMATIVO CTS Nº 102
DE 12 DE SETEMBRO DE 1975**

Imposto sobre a renda e proventos

MNTPJ — 2.20.09.0 0— Custos, despesas operacionais e encargos

2.20.09.36 — Aluguéis ou *royalties* e despesas de assistência técnica, científica ou administrativa.

Dedutibilidade de despesas com o pagamento de *royalties* e assistência técnica ou semelhante:

a) Condicionam-se à prévia averbação dos atos e contratos no INPI, independentemente da situação do domicílio do beneficiário dos rendimentos;

b) são dedutíveis os dispêndios com assistência técnica pagos a sócios domiciliados no País;

c) indedutíveis os *royalties* pagos a sócios, ainda que domiciliados no País.

Consulta-se sobre a dedutibilidade de despesas com *royalties* e assistência técnica científica, administrativa ou semelhante, prestada entre empresas nacionais ou aqui domiciliadas, se depende de prévia averbação dos atos e contratos no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, mesmo nos casos em que inexistir qualquer transferência de tecnologia do exterior, realizando-se as operações exclusivamente em território nacional.

Questiona-se, nesta mesma hipótese, sobre a dedutibilidade dos pagamentos efetuados a esse título a empresas consórcias.

2. A Lei nº 5 772, de 21 de dezembro de 1971, atual Código da Propriedade Industrial, em seus artigos 30, 90 e 126, sujeita, entre outros requisitos, a averbação no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), *para que produzam efeito em relação a terceiros*, os atos ou contratos que impliquem em *transferência de tecnologia*.

3. A Instrução Normativa do SRF nº 005, de 8.1.74, reportando-se aos dispositivos supramencionados da Lei nº 5 772/71, e considerando o caráter complementar dos mesmos, em relação ao controle fiscal, disciplinou a dedutibilidade das despesas relacionadas com *royalties* e assistência técnica ou semelhante.

4. Determina a Instrução Normativa nº 005/74, em seus itens I e II:

"I — A dedutibilidade das importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas, a título de aluguéis ou *royalties* bem como a título de remuneração que envolva *transferência de tecnologia* (assis-

tência técnica, científica) somente será admitida *a partir da averbação* do respectivo ato ou *contrato* no Instituto Nacional da Propriedade Industrial obedecidos"

"I — Permanecem inalteradas as demais condições limitativas previstas na legislação do imposto de renda, continuando indispensável o registro dos atos ou contratos no Banco Central do Brasil, *quando for o caso*." (o grifo não é do original).

5. Constata-se, à vista do exposto, que a Lei nº 5 772/71, bem como a Instrução Normativa nº 005/74, não cogitaram para este efeito, se o domicílio do beneficiário dos pagamentos de *royalties* ou assistência técnica, situa-se no Brasil ou no exterior. A expressão consignada nesses diplomas foi "transferência de tecnologia". Omitiu-se o aditamento "do exterior" ou termo equivalente elucidativo. Ora, onde a norma legal não distingue, não compete a seu intérprete fazê-lo. Na ausência de comando legal discriminatório, improcede a diferenciação.

6. Em reforço da argumentação acima expendida, observe-se que o item II, da Instrução Normativa nº 005/74, determina a indispensabilidade do registro dos atos ou contratos no Banco Central do Brasil, *quando for o caso*. Considerando que este registro é obrigatório, a teor da legislação vigente (Lei nº 4 506/64 — arts. 71, parágrafo único; f e g, e 52, a; RIR — arts. 174, parágrafo único, e e f, e 176, a), quando o beneficiário for domiciliado no Brasil, senão a expressão grifada seria supérflua. Portanto, para que os dispêndios com *royalties* e assistência técnica sejam considerados como despesas operacionais, os respectivos atos ou contratos devem ser averbados no INPI, independente da circunstância de os beneficiários serem ou não domiciliados no País.

7. Quanto à segunda indagação — dedutibilidade das despesas com *royalties* e

assistência técnica ou semelhante, em que há sociedade entre os contratantes, perdurando as demais condições já mencionadas, admite solução diversa, conforme se trate de um ou outro tipo de dispêndio.

7.1. Com efeito, as despesas com *royalties* são indedutíveis, por força do art. 71, parágrafo único, alínea *d*, da Lei nº 4 506/64 ("Não são dedutíveis os *royalties* pagos a sócios"), reproduzido pelo art. 174, parágrafo único, alínea *c*, do atual Regulamento do imposto de renda (RIR aprovado pelo Decreto nº 58.400/66). Referida determinação alcança tanto os *royalties* pagos a beneficiários aqui domiciliados como no exterior. Não se alegue, de outro lado, que o dispositivo veda a dedutibilidade apenas quando o beneficiário for *pessoa física*, não cerceando os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas. A administração fazendária, em casos análogos, através dos Pareceres Normativos CST n.ºs 241 e 871, ambos de 1971, estabeleceu entendimento que a restrição legal é extensiva também às pessoas jurídicas.

7.2. No que se refere aos gastos com assistência técnica ou semelhante, também efetivados no País, são dedutíveis, visto inexistir proibição legal, desde que observadas as normas gerais sobre despesas ope-

acionais, sobretudo os artigos 45, § 2º (RIR — art. 163, *caput*), 47, §§ 1º e 2º (RIR — art. 162) da Lei nº 4 506/64, e artigos 74, da Lei nº 3 470/58, e 12 e 13, da Lei nº 4 131/62 (RIR — art. 175).

8. Esclareça-se, por fim, que, para efeitos fiscais, as disposições da Lei nº 5 772/71 e da Instrução Normativa nº 005/74 alcançam também aqueles atos ou contratos vinculados à transferência de tecnologia do exterior ou no País, que, firmado anteriormente, não estavam sujeitos à averbação no INPI. Entendimento em contrário, a teor do art. 105, da Lei nº 5 172/66 (Código Tributário Nacional), implicaria negar-se a possibilidade de ser modificada determinada situação ainda não definitivamente constituída.

À consideração superior.

CST, em 22 de agosto de 1975.

Gilberto S. Fernandes. Técnico de Tributação.

De acordo.

Publique-se e, a seguir, encaminhem-se cópias às SS.RR.R.F. para conhecimento e ciência aos demais órgãos subordinados.

CST, em 1º de setembro de 1975.

Antonio Augusto de Mesquita Neto.
Coordenador do Sistema de Tributação.